

ESPAÇOS DE SIGNIFICAÇÃO

RESUMO - Apresenta, por meio de revisão de literatura, uma discussão preliminar sobre características fundamentais dos chamados *espaços de significação*. Identifica os espaços de significação como produtores marginais de conhecimentos válidos, portanto, de memórias informacionais. Levanta algumas questões sobre a necessidade de revisão dos paradigmas de domínio na classificação dos saberes. Os ambientes epistêmicos são entendidos como locais de produção e desenvolvimento de conhecimento local. Uma nova configuração em torno da própria concepção de conhecimento válido vem demonstrando a necessidade de recuperação de dinâmicas que são intrínsecas a ambientes não científicos. Tal re-configuração estabelece que os conhecimentos locais também possuem méritos que os validam e os legitimam, mesmo que não sejam passíveis de universalização, como o conhecimento científico. Por outro lado, suas características comuns são, justamente, a regionalização e a originalidade, marcantes em suas manifestações promotoras de um complexo emaranhado cultural, ligado e relacionado por meio de uma intrincada teia de traços de identidade determinada, muitas vezes, também por colonialismos. Nessa perspectiva, a identidade cultural de uma comunidade epistêmica depende tanto de suas características individuais quanto de sua capacidade de relação e integração a partir de tais características.

Palavras-chave: Espaços de significação; Apropriação da informação; Conhecimentos marginais; Garantia ética; Legitimidade discursiva.

Marivalde Moacir Francelin
Universidade Federal de
Pernambuco - UFPE
Professor Adjunto I do
Departamento de Ciência da
Informação – UFPE

mfrancelin@yahoo.com.br

MEANINGFUL SPACES

ABSTRACT - Presents, through literature review, an preliminary discussion of fundamental characteristics of so-called *meaningful spaces*. Identifies the meaningful spaces as producers of valid knowledge, therefore, of memories informational. Raises some questions about the need for revision of dominant paradigms in knowledge classification. The epistemic environments are understood as localities of production and development of local knowledge. A novel configuration of valid knowledge concerning the concept itself has demonstrated the need to recover dynamics which are intrinsic to non-scientific environments. Such re-configuration establishes that local knowledge has merits that validates and confers legitimacy to it, even though it does not possess universal features as the one conferred to scientific knowledge. Conversely, its common characteristics are precisely the regionalism and originality, which are remarkable in their manifestations by promoting a cultural entangled complex connected and related to an intricate defined identity net, and time and again, by colonialisms. Through this perspective, the cultural identity of an epistemic community depends both on its individual characteristics and on its relationship and integration capacity from these characteristics.

Key-words: Meaningful spaces; Appropriation of information; Marginal knowledge; Warrant ethical; Discursive legitimacy.

1. INTRODUÇÃO

A proposta do presente trabalho é abordar os chamados *espaços de significação*, definindo-os como ambientes de produção de conhecimento válido. Nesse sentido, busca-se discutir o que é o conhecimento válido para a Ciência da Informação, a partir da identificação de espaços de significação marginais, menosprezados por serem considerados espaços de produção de conhecimentos não legitimados.

Duas hipóteses essenciais delimitam este trabalho: a primeira, a de que os espaços de significação (ambientes epistêmicos/gnosiológicos) precisam ser melhor analisados, pois, produzem conhecimentos válidos, embora estes tenham ficado à margem do conhecimento universalmente categorizado e classificado; a segunda, é a de que as classificações universais do conhecimento têm imposto paradigmas dominantes e autoritários, cujos traços identitários são remanescentes de concepções colonialistas, a ambientes epistêmicos considerados marginais.

2. PRAGMÁTICA DOS ESPAÇOS DE SIGNIFICAÇÃO

Quanto a mim, contento-me com palavras
humildes, desprezadas, informes;
a mim agrada-me recolher o que cai de
vossa mesa durante os vossos festins.
(Do Imaculado Conhecimento)
Nietzsche

Apropriação e ação de informação

Para a Ciência da Informação, a qualidade da informação implica não apenas o seu tratamento, mas, também as condições de sua *recuperabilidade* para uso. Usar e transformar a informação são ações que, potencialmente, conduzem ao conhecimento.

A associação direta entre informação e conhecimento é bastante discutível (WILDEN, 2000; SILVA, 2003; RENDÓN ROJAS, 2005; CAPURRO; HJORLAND, 2007), porém, podemos entender que ela é inevitável, seja para dizer que os processos de informação e os processos de conhecimento são distintos, seja para dizer que ambos os processos estão

de alguma forma relacionados, “[...] já que todo conhecimento começa por algum tipo de informação e se constitui em informação.” (CINTRA et al, 2002, p.20).

Se a intenção do sujeito ao buscar mais informação é adquirir conhecimento, qualidade e adequação da informação são aspectos básicos e fundamentais para o ato de conhecer. Isto quer dizer que no contexto de produção do conhecimento existem dinâmicas que podem negar ou modificar uma *afirmação*. Para González de Gómez:

Como forma intencional de ação (que implica definir ao menos qual seja o conhecer que propriamente conhece, o que é aquilo a ser conhecido e quem é o conhecedor desse conhecimento), seria esperado de uma esfera de produção de conhecimentos que toda afirmação possa ser negada, refutada, modificada e que sempre seja possível tematizar e questionar as condições e procedimentos de validação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.16)

As possíveis alterações no estado de conhecimento do sujeito são identificáveis por aquilo que se convencionou chamar de *apropriação de informação*. Toda apropriação, nesse sentido, seria entendida como algo que parte de uma ação, fazendo, necessariamente, algum sentido para o sujeito (motivador/participante) da ação. Este seria o exercício direto de produção de sentido pelo sujeito, pois, não se pode conceber uma apropriação sem sentido e que não esteja relacionada ao *ato de conhecer*.

Para Luckesi e Passos (2002, p.16-17) é da apropriação que o sujeito faz do exterior que nascem os conceitos, porém, isso apenas é possível se, além da adequação dos conceitos à realidade externa, eles puderem ser expostos e comunicados.

O ato de *acionar* uma informação pode ser entendido de duas maneiras. A primeira comporta a mobilização de informações pertinentes ou não sobre determinado assunto ou tema que seja de interesse do sujeito (motivador/participante) da ação. A segunda engloba a apreensão de informações relevantes (para o sujeito) a partir do fornecimento de informações pertinentes (dentro de um contexto).

Vale frisar que o ato de acionar uma informação não significa, necessariamente, o *ato de conhecer*. Significa apenas que uma informação foi “percebida” e, principalmente, um juízo de valor foi utilizado para definir a relevância ou não do estímulo recebido. Todo juízo de valor segue um conjunto de regras pré-estabelecidas por um coletivo. O termo

coletivo é empregado aqui como comunidade estabelecida, com sua cultura, crenças e políticas internas próprias.

Sistemas de conceitos e espaços de significação

Informação e signo, sinal e significado, ciência e senso comum, dado e conhecimento são fenômenos ou processos direta ou indiretamente explorados pelo campo da Ciência da Informação, tanto do ponto de vista epistemológico quanto do teórico, do metodológico ou do prático. Por outro lado, os conceitos surgem como características marcadamente locais, sociais e culturais.

Vale observar que a Ciência da informação parece ter privilegiado, ao longo tempo, as áreas de conhecimento ditas científicas. Isto é natural se observarmos que os conceitos são formulados e organizados nos campos formais da ciência. Os sistemas conceituais de áreas específicas da ciência são, por sua vez, formalizados em campos nocionais. A formalização dos conceitos facilita a operacionalização, o tratamento e a recuperação da informação nos contextos científicos e especializados.

Hegenberg (1974, p.18), referindo-se às generalizações científicas, diz que há um afastamento da experiência “direta” do homem com o mundo e “das coisas que o rodeiam”. Se a ciência é responsável pelas explicações dos eventos circunstanciais, “[...] esses termos precisam ligar-se às observações corriqueiras – base de toda explicação.”

A necessidade de “sensocomunicar-se”, defendida por Santos (2005, p.91), toma o conhecimento do senso comum como a forma mais importante de conhecimento. Segundo o autor, é necessário uma “ruptura com a ruptura epistemológica” (SANTOS, 2000, p.36), ou seja, é preciso que haja um reencontro entre ciência e senso comum.

O “*status* epistemológico do senso comum” (GEERTZ, 2006, p.12) acontece e se contextualiza em um universo que identifica o senso comum como um sistema cultural, um local de entendimento, um local de saber: um *saber local*. Este saber local pode ser formado, segundo Mignolo (2003, p.44), por aquilo que Michel Foucault denominou “saberes subjugados”. De acordo com Mignolo, Foucault utilizava a distinção entre os “[...] saberes disciplinares e saberes subjugados para questionar a própria fundação do saber acadêmico/disciplinar e especializado, sem o qual a própria noção de saber subjugado não

teria feito sentido.” Ainda segundo o autor, Foucault chamava a relação do saber erudito com as memórias locais de *genealogia*. A *genealogia* teria a função de:

'[...] apoiar o direito à atenção dos saberes locais, descontínuos, desqualificados, ilegítimos, contra as pretensões de um corpo unitário de teoria que pretendia filtrar hierarquias e ordená-las em nome de um saber verdadeiro e uma idéia arbitrária do que constitui uma ciência e seus objetos.' (FOUCAULT, 1980 apud MIGNOLO, 2003, p.45).

Seguindo a perspectiva acima, García Gutiérrez (2002; 2006, p.104), parte da epistemologia prática de Jean-Claude Gardin, para defender, a partir do que chama de epistemografia interativa, que “[...] todas as instâncias têm direito à razão e ao direito de transmiti-la em igualdade de condições.” Nesse sentido, propõe uma “desclassificação” dos conhecimentos de domínio, introduzindo “[...] uma nova ordem, classificando segundo diferentes lógicas, para agregar, reunir.” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p.110), que se contraponha às estruturas classificatórias que apenas hierarquizam, totalizam e separam conhecimentos.

Podemos resumir as questões acima por meio daquilo que González de Gómez (1999, p.19) chama, a partir de Clifford Geertz, de “novos e antigos territórios conceituais”, onde ações sociais relacionam-se com formas de vida; portanto, tais ações têm caráter *formativo* e definem o que uma sociedade é e no que se diferencia de outras sociedades. Sendo constitutivas de uma forma de vida, as ações formativas necessitam que os atores sociais estejam “[...]’ *de acordo em seus conceitos porque eles partilham uma realidade de ações possíveis e estão de acordo em suas ações porque eles partilham uma rede comum de conceitos.*” (COLLIN; KUSH, 1999 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.19. Grifo da autora).

A representação do conhecimento se faz por meio de conceitos que promovem a elaboração de novos conhecimentos. São construídas, nesse sentido, malhas de comunicação locais por meio de sistemas de conceitos, desenvolvendo o que chamaremos de **espaços de significação** ocupados por sujeitos que, de diferentes modos, estabelecem sua comunicação, portanto, significam no *outro*. Este, por exemplo, é o que Cintra et al (2002, p.29) chamam de “duplo papel do falante” que o introduz no “[...] complexo domínio do sujeito, isto é, no universo da sua constituição e da sua relação com o outro”.

A comunicação entre os membros de um determinado grupo social requer regras que sejam compartilhadas. Portanto, as linguagens de organização e recuperação da informação requerem garantia cultural, epistêmica e ética, de modo a dar sustentação e valor aos conhecimentos e às crenças de cada grupo social.

A informação que circula em tal grupo possui relação direta com sua cultura, constituindo uma “cultura informacional”. Toda cultura desenvolve características próprias a partir de seu contexto referencial, tornando-se seletiva com as informações, principalmente com as “ações de informação”.

Os contextos referenciais são formados pela representação de objetos e/ou fenômenos. Um item de referência, objeto ou fenômeno, por meio de uma representação, corresponde a um ou vários significados. Os contextos referenciais são, portanto, espaços com identidades e características definidas. Chamaremos, como já dissemos, tais espaços de espaços de significação e agora tentaremos caracterizá-los melhor.

Espaços de significação

Os espaços de significação são ambientes de criação artística, cultural e científica. São locais onde a representação do conhecimento é dinâmica e constante, pois, dependem da ação de seus sujeitos.

A relação entre espaço e local não se restringe a uma demarcação geográfica clássica, ou seja, a uma territorialidade física, dividida por um muro, um rio, uma floresta ou um oceano. Constituição, unidade e preservação de uma cultura não dependem de localização física, mas de sua identidade linguística, constituindo-se, por sua vez, em um espaço "geográfico" cujas fronteiras são definidas na linguagem e no discurso.

Um espaço, neste caso, é um espaço de linguagem. Onde há linguagem também pode existir sentidos, significados e significações. Um grupo social de cientistas, por exemplo, passa a ser reconhecido não só pelo local de onde “falam”, mas também pela linguagem que utilizam. Através da linguagem serão reconhecidos pelos seus pares, ou seja, serão reconhecidos pelo uso que fazem do sistema *conceitual* de uma área de conhecimento. O uso que os membros do grupo farão das regras de comunicação

determinará, diante dos outros grupos, quais os espaços que ocuparão no complexo linguístico da ciência, assim irão adquirir *status* e, conseqüentemente, influência no discurso científico daquela especialidade.

Em todo processo de produção do conhecimento científico, as normas, ou paradigmas de campo, devem ser rigorosamente seguidas, por serem normas coercitivas, com objetivos de uso universalizado. O conhecimento produzido pelas comunidades científicas deve ser compartilhado por meio de uma linguagem comum especializada, a linguagem científica.

Considerando, de acordo com Kuhn (2006) e com a análise de Coracini (1991), que a ciência é um acontecimento do discurso, é necessário reconsiderar a questão da universalização e uniformização da linguagem científica, mesmo que, segundo González de Gómez (1999, p.23), a ideia de regras gnoseológicas e de jogos quando relacionadas aos paradigmas não seriam “negociáveis” na visão de Kuhn.

O sujeito epistêmico dá identidade a uma linguagem por meio das particularidades de seu discurso. Tais particularidades podem ser caracterizadas de diversas maneiras: surgem por necessidade, por criatividade, por influências culturais e educacionais, por princípios políticos, sociais, econômicos ou religiosos.

Por outro lado, suas características comuns são, justamente, a regionalização e a originalidade marcantes em suas manifestações e promotoras de um complexo emaranhado cultural, ligado e relacionado por meio de uma intrincada *teia* de traços de identidade. Nesta perspectiva, a identidade cultural de uma comunidade epistêmica depende tanto de suas características individuais quanto de sua capacidade de relação e integração a partir de tais características.

Todo conhecimento local possui legitimidade dentro de seu ambiente de construção e circulação. A legitimidade do discurso local depende de sua capacidade de comunicação e transmissão daquilo que se pretende comunicar; depende, como já mencionado, da maneira como um determinado discurso significa no *outro*. Neste sentido, González de Gómez (1999, p.22), ainda baseada em Geertz, diz que os espaços sociais são ambientes onde:

[...] sujeitos coletivos realizam práticas significativas e mais ou menos duradouras [que] podem ser considerados como 'formas de vida'. Nelas se organizam vivências e interpretações intersubjetivas. Nelas, para nós, se definiriam quais os 'testemunhos' de informação que serão aceitos nos processos de comunicação, inferência ou argumentação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.22)

É necessário que a proposta comunicativa do sujeito que tem intenção de comunicar algo seja feita a, pelo menos, outro sujeito. Ambos precisam ter a capacidade de significar através da participação no ato comunicativo; é necessário que ambos entendam que estão em meio a um processo de transmissão, recepção e troca de significados, pois, não há interação sem acordos, e acordos apenas acontecem em e/ou entre grupos.

Ocorre, nesse sentido, que a intenção inicial do sujeito não corresponde, necessariamente, ao resultado da ação. A complexidade que envolve as relações entre sujeitos discursivos não se resume à ideia básica e clássica de transmissão de informação, no sentido de dados; pelo contrário, entende que os espaços de significação são responsáveis pela manutenção das memórias regionais e, principalmente, pela transmissão de ideologias, culturas e crenças, que são indissociáveis do conhecimento produzido.

Assim como em alguns sistemas que constroem e fazem uso de linguagens controladas e artificiais, os discursos regionais fazem sentido apenas em seu ambiente de produção e circulação. Isso não significa que comunidades que se configurem como espaços de significação não se comuniquem com outras comunidades. Sua comunicação se estabelece, assim como em um sistema controlado e artificial, por meio de identificação do que, tradicionalmente, se chama de *traços* de identidade (semântica e de sentido) e, especialmente, por meio do compartilhamento e/ou adaptação de *regras* discursivas particulares.

Os espaços de significação são ambientes epistêmicos que, sem dúvida, se manifestam pela linguagem. Manifestam sua cultura, manifestam seu conhecimento, manifestam sua história, manifestam seus contratos sociais, manifestam sua política e sua crença por meio de representações.

3. GARANTIA ÉTICA E LEGITIMIDADE DISCURSIVA

Conforme dissemos, existe uma preocupação com a forma de utilização das linguagens de tratamento de informação para recuperação. Tal preocupação manifesta-se por meio de compromisso ético, chamado “garantias”. Para González de Gómez (1999, p.16) o conhecimento na sociedade ocidental moderna “[...] teria como traço principal a demanda de objetividade, oferecendo alguns critérios e procedimentos de prova e alguma 'garantia' ou princípio de justificação que dê conta de sua legitimidade.” Desta forma, podemos dizer que a ética não comporta apenas a teorização dos comportamentos morais relacionados à conduta do sujeito. A ética está relacionada a uma série de outros elementos constitutivos e representativos da sociedade. Dentre tais elementos pode ser destacada a produção do conhecimento.

O registro e o armazenamento do conhecimento, tal como sua produção, ao longo da história, são realizados a partir de premissas éticas vigentes em cada momento. Famosos compiladores do conhecimento, como Aristóteles e Voltaire, para citar dois casos distintos, reproduziram o que lhes pareceu mais importante, ou seja, traçaram juízos de valor sobre as obras e fizeram escolhas.

Desde os gregos, portanto, o conhecimento é desenvolvido e organizado para fins específicos, sejam eles políticos, religiosos ou puramente comerciais e científicos. Da mesma forma, as bibliotecas e a imprensa tiveram seu desenvolvimento marcado por valores, juízos e compromissos éticos. Mas, esta mesma imprensa e estas mesmas bibliotecas contribuíram para o registro, manutenção e divulgação de conhecimentos marginais. Isso fica claro no romance de Umberto Eco *O nome da Rosa* e nos desdobramentos na própria história da (im)pressa de Gutenberg. No romance de Eco evidencia-se a tentativa de ocultar os conhecimentos que não estavam de acordo com as orientações religiosas da época – Renascimento Europeu. Também, quase no mesmo período, Lutero impulsionou o movimento da Reforma Protestante através da “rápida” divulgação de suas ideias e traduções – tornando mais acessíveis os escritos bíblicos ao público comum e contestando atos da igreja católica - devido à (im)pressa de Gutenberg (MAN, 2004).

Roger Shattuck, em seu livro chamado *Conhecimento proibido: de Prometeu à pornografia*, fala da dificuldade em sistematizar tema tão “extenso e fugidio” e propõe uma ordem elegendo seis categorias de conhecimento proibido:

Conhecimento inacessível, inatingível.
Conhecimento proibido por autoridade divina, religiosa, moral ou secular.
Conhecimento perigoso, destruidor ou indesejável.
Conhecimento frágil, delicado.
Conhecimento dúplice.
Conhecimento ambíguo. (SHATTUCK, 1998, p.317)

Se analisarmos tais categorias, podemos notar que são aplicáveis às dinâmicas do conhecimento na atualidade, tanto em seu processo de construção como de divulgação, pois existem comunidades destituídas do direito de acesso, proibidas por ordens morais e religiosas. Tais comunidades possuem conhecimentos que não se enquadram em normas estabelecidas de conhecimento válido, sendo indesejáveis por sua duplicidade, ambiguidade e suposta fragilidade perante conhecimentos de comunidades dominantes.

Por outro lado, a noção de categoria parece, segundo García Canclini (2003, p.283), alheia aos contextos culturais híbridos, pois, é em tais “[...] cenários que desmoronam todas as categorias e os pares de oposição convencionais (subalterno/hegemônico, tradicional/moderno) usados para falar do popular.” Para o autor, essa “nova” configuração cultural exige o desenvolvimento de “outros instrumentos conceituais”. Mas, ainda assim, como afirma Hall (2005, p.8), abordando as identidades culturais na pós-modernidade, a noção de “descentração” e até mesmo de “identidade” ainda são complexas e contraditórias e precisam ser desenvolvidas com mais profundidade.

Nesse sentido, apesar de vivermos em uma sociedade fortemente influenciada pelos processos de globalização, são necessárias ações que visem à organização e representação dos conhecimentos regionais e periféricos, visto que, eles são as *fissuras*, os pontos de *tensão* das culturas hegemônicas e dominantes. Esse princípio ético parece ser fundamental nas ações de informação – ambiente de linguagem.

A produção de sentido acontece através da circulação de informações. Quando um sentido é apropriado, por meio da linguagem, uma nova forma de significar o mundo surge, o ambiente cultural é modificado e as premissas éticas podem ser revistas.

Segundo Ladrière (1979, p.25), “O aspecto sob o qual ela [a ciência] se manifesta de modo mais surpreendente, em nossos dias, é seu caráter cada vez mais organizado socialmente.” Porém, essa “harmonia” é posta em questão diante de uma lógica de mercado perversa, na qual a cultura que se quer desenvolver resume-se à “cultura” do consumo. (DUPAS, 2000).

Capurro, dentro do contexto que denomina *Angelética*, entende que:

[...] Llegamos a lo que hoy llamamos una ética de la información que tiene como tarea explicitar los posibles horizontes teóricos y prácticos para mantener, promover y crear nuevas formas de vida en común en un mundo donde no sólo los parámetros clásicos de lugar y tiempo determinantes para la creación y difusión de mensajes son cuestionados, sino donde también las estructuras locales de poder político que hasta ahora controlaban dicho fenómeno se encuentran paradójicamente en la situación inversa. Las grandes (r-)evoluciones económicas y sociales están basadas menos en el dominio de los medios de producción de objetos materiales que en el de los medios de comunicación de mensajes (CAPURRO, 2003, p.2)

Considerando a informação como bem de consumo, parece que estamos em uma “encruzilhada” ética, pois, por princípio todos têm o direito de acesso à informação. O conhecimento local continua regionalizado ou “submerso” e o conhecimento científico acessível apenas a especialistas. Podemos interpretar essa questão de várias maneiras: como a falta de acesso à informação; como o acesso apenas à informação de massa (midiática); como a falta de conhecimentos (no sentido educacional) que permita usufruir dos conhecimentos especializados, etc.

Outro ponto, ainda, que podemos observar é configurado na pirâmide invertida de Aldo de Albuquerque Barreto, no texto *Os agregados de informação – memórias, esquecimento e estoques de informação*, onde temos uma ideia de distinção e de distribuição da informação de acordo com o nível que se ocupa na pirâmide (BARRETO, 2000, p.7). Também é possível perguntar o que fará a comunidade em geral com informações utilizadas apenas por um pequeno grupo de especialistas. E, com Baudrillard (1994, p.14), num formato um pouco mais radical, poderíamos indagar: “Quem disse que a massa está interessada em informação?”. Mas, devemos entender que nada disso pode ser um obstáculo ao direito à informação – direito de expressar e acessar informação.

Não há, de fato, processos de conversão de informação científica em conhecimento “apropriável” de forma ampla. Da mesma forma, certos conhecimentos locais não encontram novos espaços de expressão e circulação. No entanto, os espaços culturais ou de significação, deveriam traduzir publicamente a vontade de um coletivo localizado, organizado linguisticamente, compondo uma complexa e interconectada rede de conhecimento e discursos “competentes”.

A forma de mediação, ou melhor, a própria construção dessa mediação ocorre pela e na linguagem. Como diz Morin (2005, p.22-23), é em função da linguagem que a “[...] ética de comunidade torna-se explícita nas sociedades arcaicas, com suas prescrições, seus tabus e seu mito ancestral comum.” É na *linguagem* que estão retidas as experiências históricas e é através dela que, segundo Oliveira (1993, p.134), o “mundo comum” chega ao conhecimento do homem. A linguagem, nesse sentido, estabelece-se de forma pública, é preciso que ela se torne pública para fazer sentido e significar.

A linguagem humana é sempre *ato público*, em que sujeitos, falando num contexto de significação, levantam uns aos outros determinadas pretensões, seja em relação aos fatos do mundo, seja em relação às normas de comportamento historicamente vigentes em suas comunidades, seja ainda em relação a suas próprias experiências subjetivas. (OLIVEIRA, 1993, p.177. Grifo do autor).

Podemos dizer que há também uma ética em torno desse *ato*, ou seja, uma ética da linguagem. Para McGarry (1999, p.174), “O problema apresentado pelo raciocínio ético situa-se principalmente no domínio da linguagem.” Ora, se o sujeito significa na e pela linguagem, como ser socialmente localizado e inserido em uma comunidade, a linguagem é a responsável pela própria enunciação ética.

De acordo com García Gutiérrez (2005, p.11), “La memoria, y los objetos en que se fija, son elementos directores necesarios y determinantes de la cultura.” Isso coloca a ideia de espaços de significação e, principalmente, de memórias culturais bem próximos dos objetos da Ciência da Informação, pois, quase todo *ato público* se materializa por algum tipo de registro da memória. García Gutiérrez (2004; 2002, p.9) chama a memória registrada e/ou memória “externalizada” de *exomemória*, porém, lembra que não é tudo que se pode mediar.

los pensamientos, experiencias, ilusiones, emociones y hallazgos de acceso público, esto es, registrados en libros, periódicos, fotografías, audiovisuales o multimedia ocupan un lugar particular en nuestra memoria exterior, en la exomemoria. esa ubicación se manifiesta a través de criterios y códigos elaborados en complejos procesos de mediación en los que intervienen elementos cognitivos aliados a otros no cognitivos que escapan al control de los propios mediadores.

Por seu turno, a ciência não pode legitimar esse processo. Lyotard (2000, p.73), partindo da ideia de *jogos de linguagem* de Wittgenstein, diz que “[...] a ciência joga seu próprio jogo, ela não legitima outros jogos de linguagem.” O discurso científico também se consolida por meio de atos públicos. O problema ocorre quando se elege o discurso científico como única e *verdadeira* forma de legitimação do conhecimento. Como legitimar o discurso científico em uma comunidade não-científica sem se fazer uso da posição de domínio, imprimida pela categoria de saber válido e verdadeiro?

Esta questão coloca a necessidade de redefinição das questões éticas e epistemológicas com relação à informação. A informação no período contemporâneo ou pós-moderno está intimamente ligada à complexidade que envolve as comunidades que formam o tecido social. A criação de dispositivos informacionais visa colocar a informação (cultura e conhecimento) como parte deste tecido, interagindo com suas comunidades constitutivas. Os processos de tratamento da informação, não podem, portanto, ser desenvolvidos de maneira isolada, objetivando apenas a manutenção e organização dos estoques de informação. Organizar e representar informação é processo de re-significação.

Os sistemas de recuperação de informação ganham sentido ao estabelecerem compromissos ético e epistemológico com a manutenção das memórias culturais. São, desse modo, dispositivos que estarão a serviço do conhecimento produzido em espaços epistêmicos específicos e singulares, caso reflitam as linguagens dos diferentes espaços de significação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva adotada, os ambientes epistêmicos se configuram como espaços de significação cuja dinâmica de produção de cultura e de conhecimentos, portanto de

conceitos, deverão ser levados em conta nos processos de representação e de acesso à informação.

A ideia de uma análise sobre categorização de conceitos a partir de espaços definidos, prática em geral ausente na configuração e organização de conhecimentos universalmente válidos, permite a discussão de questões recorrentes na organização, representação e disseminação de informação e conhecimento, tais como: qual conhecimento organizar? Para quem organizar? Como organizar?

Levando-se em consideração essas questões, a hipótese de adaptação de sistemas de recuperação de informação a ambientes epistêmicos, cuja dinâmica linguístico-discursiva, legitimada por meio da produção e categorização de conceitos, é de difícil determinação, parece se alojar em um plano secundário. De fato, se não há o reconhecimento dos espaços de significação marginais como produtores de conhecimento válido, também não pode haver um motivo para organizar suas memórias.

Os espaços de significação são entendidos como locais de produção e desenvolvimento de conhecimento local. Uma nova configuração em torno da própria concepção de conhecimento válido vem demonstrando a necessidade de recuperação de dinâmicas que são intrínsecas a ambientes não científicos.

Procuramos estabelecer alguns parâmetros, que poderiam ser relevantes no momento, para identificar os espaços de significação enquanto recorte conceitual e objeto de estudo; em particular, os aspectos que problematizam, ético e epistemologicamente, a representação de significados sócio-culturais.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Os agregados de informação – Memórias, esquecimento e estoques de informação. **Datagramazero**, v.1, n.2, jun. 2000. Disponível em: http://www.dgz.org.br/jun00/Art_01.htm Acesso em: 06 ago. 2010.

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAPURRO, Rafael. **Angelética**. Disponível em: www.capurro.de/angeletica.html Acesso em: 30 set. 2003.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007.

CINTRA, Anna Maria Marques et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2.ed. São Paulo: Polis, 2002.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência. Campinas: Pontes, 1991.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: Unesp, 2000.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2003.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v.18, n.2, p.103-112, maio/ago. 2006.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Fijaciones**: estudios críticos sobre políticas, culturas y tecnologías de la memoria. Madrid: Biblioteca Nueva, 2005.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **La memoria subrogada**: mediación, cultura y conciencia en la red digital. Granada: Universidad de Granada, 2002.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Otra memoria es posible**: estrategias descolonizadoras del archivo mundial. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios sobre antropologia interpretativa. 8.ed. Petrópolis, 2006.

GONZALÉZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v.5, n.2, p.7-31, 1999. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8552> Acesso em: 13 abr. 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEGENBERG, Leônidas. **Definições**: termos teóricos e significados. São Paulo: Cultrix, 1974.

KUHN, Thomas S. **O caminho desde A estrutura**: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo: Unesp, 2006.

LADRIÈRE, Jean. **Os desafios da racionalidade**: o desafio da ciência e da tecnologia às culturas. Petrópolis: Vozes, 1979.

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elizete Silva. O conhecimento: significado, processo e apropriação. In: _____. **Introdução à Filosofia**: aprendendo a pensar. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 6.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MAN, John. **A revolução de Gutenberg**: a história de um gênio e da invenção que mudaram o mundo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais; projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MORIN, Edgar. **O método 6**: ética. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e racionalidade moderna**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1993.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. Relación entre los conceptos: Información, conocimiento y valor; semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n.2, p.52-61, maio/ago. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SHATTUCK, Roger. **Conhecimento proibido**: de Prometeu à pornografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da. Conhecimento/informação: sinonímia e/ou diferenciação?
In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Orgs). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003
WILDEN, Anthony. Informação. In: ENCICLOPEDIA Einaudi. **Comunicação, cognição**. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000. v.34.